

**O “EU” E O “OUTRO” EM DIÁLOGOS SIMÉTRICOS
(PROJETOS NURC/SP E NURC/RJ – PARTE I)**

Paulo de Tarso Galembeck (UEL)
Camila Bambozzi Veasey (UNESP)

RESUMO

Este trabalho discute a presença de marcas de subjetividade e intersubjetividade na interação falada simétrica (diálogos entre dois informantes dos Projetos NURC/SP e NURC/RJ), com a finalidade de evidenciar a presença direta dos interlocutores nessa forma de interação verbal. O ponto de partida são os conceitos de sujeito e de dialogismo. Como *sujeito*, entende-se não apenas o “eu”, mas igualmente o “outro”: a noção de sujeito é, pois, dúplice e reversível. Também se discute a natureza dialógica da linguagem e, partir dela, o componente interpessoal ou interacional, que mostra a sua relevância em diálogos e, aliás, sobrepõe-se aos componentes textual e informativo. As ocorrências são classificadas a partir de uma série de variáveis: quem produz a marca, a quem a marca se dirige, a espécie de marca, o grau de envolvimento entre os interlocutores, a relação da marca com o desenvolvimento tópico, o caráter de atenuação.

1. PRELIMINARES

Este trabalho discute as marcas indicativas da presença explícita do “eu” e do “outro” em diálogos simétricos, com a finalidade de esclarecer o papel por elas exercido na construção dos referidos textos. Enfatiza-se, sobretudo, o caráter intersubjetivo dessas marcas, ou seja, o papel das mesmas no estabelecimento e manutenção das relações entre os participantes do diálogo. Com isso, busca-se compreender o papel das mesmas no processo de negociação entre os participantes do ato conversacional.

O ponto de partida do trabalho é a noção de que todo sujeito constitui uma entidade dúplice e transitiva: o “eu” não existe por si, pois apenas pode instituir-se como tal em face do “outro”. Do caráter reversível do sujeito decorre o caráter dialógico da linguagem e a existência, na mesma, de um componente interpessoal ou intersubjetivo, o qual se manifesta sobretudo no discurso falado.

Devido a esse traço de intersubjetividade, avultam, na língua falada, os elementos que indicam, de modo direto, a presença dos interlocutores no diálogo: pronomes e formas verbais de primeira e segunda pessoas, marcadores conversacionais de valor fático, lexi-

cais (*certo?*, *né?*) ou não-lexicalizados. O trabalho compõe-se de duas partes. Na fundamentação teórica, expõe-se inicialmente o caráter de sujeito e, em seguida, discute-se o caráter dialógico da linguagem e o componente interpessoal do discurso falado. A segunda parte é dedicada à discussão do papel exercido pelas marcas do “eu” e do “outro”, de acordo com uma série de variáveis.

O corpus do trabalho é constituído pelos inquéritos n.º 062, 333, 343, 360 (NURC/SP, publicados em CASTILHO e PRETI, 1987) e n.º 147, 158, 355 e 374 (NURC/RJ, publicados em CALLOU e LOPES, 1994). Esses inquéritos pertencem ao tipo diálogo entre dois informantes (D2) e de cada um deles foi retirado um fragmento correspondente a quinze minutos de gravação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. *Envolvimento entre os interlocutores*

A conversação representa o intercurso verbal em que dois ou mais participantes se alternam, e para que haja a conversação é fundamental que duas ou mais pessoas manifestem a intenção de entrar em contato umas com as outras. Essa interação implica cumplicidade e solidariedade, ou seja, um envolvimento entre os interlocutores.

Este envolvimento existe entre os participantes e destes com o assunto em andamento e é evidente que cada um dos falantes estará “seguindo o pensamento” de seu interlocutor.

Segundo CASTILHO (1998, p.37), ao conversar, os interlocutores se envolvem em pelo menos três estratégias: a manutenção do turno conversacional, o qual o falante pode, por exemplo, usar pausas não muito longas preenchidas por meios fáticos (“ah”), o “assalto” ao turno, como por exemplo, quando há sobreposição de vozes e um interlocutor apropria-se do turno do outro; e a passagem consentida de turno, na qual o processo mais habitual é de natureza não-verbal, que é o olhar e os processos verbais, como uma pergunta, por exemplo.

Segundo RODRIGUES (1993, p.23) o fenômeno de envolvimento, característico da língua falada, abrange, inicialmente, o envolvimento dos interlocutores com o tópico conversacional, o que

explica o processo de elaboração da conversação, que é um trabalho cooperativo, “a duas vozes”.

Como os falantes se encontram em situação de interação, fala-se em mais dois outros tipos de envolvimento: o do falante consigo mesmo (ego-envolvimento) e o do falante como ouvinte. O ego-envolvimento é explicitado, por exemplo, pelos pronomes de primeira pessoa do singular em uma fala (eu, me):

(1)

L2 você não pode escolher não fazer né?

L1 não... mesmo que *eu* escolha *eu* não vou interferir no processo...

(NURC/SP, 333, p.32, 600-603); grifos meus)

O envolvimento do falante com o ouvinte é representado por perguntas e respostas. No decorrer do diálogo, os falantes estão sempre mostrando que compreendem a fala de seu interlocutor através de sinais ou expressões de entendimento como: “certo”, “lógico”, “ah sim” (marcadores conversacionais), que explicita o envolvimento dos interlocutores:

(2)

L1 por hábito... sábado e domingo eu não janto... eu meu dia começa muito tarde...

L2 [*certo* eu também... não nem sempre... tem sábado que eu janto... quando estou com fome eu janto..:]

(NURC/RJ, 158, p.25, 405-408; grifo meu)

2.2. Sujeito e dialogismo

Para que se possa compreender com maior profundidade as características da língua falada e a interação que entre eles se estabelece, cabe discutir as noções de sujeito e de dialogismo, as quais serão discutidas, respectivamente, nesta e na próxima seção do trabalho.

2.2.1. A noção de sujeito

MORIN (1996, p.45 e ss.) define *sujeito* como o indivíduo, considerado em duas dimensões: a autonomia e a dependência. Com efeito, o sujeito é autônomo, e tem consciência de que é um indivíduo único, dotado de identidade própria. Mas esse indivíduo está ciente, ademais, de que depende de outros seres (da mesma ou de outra espécie) para construir a própria individualidade.

Associado à noção de sujeito, surge o conceito de identidade, ou seja, a consciência que o indivíduo tem de si mesmo, de sua particularidade, de que ele permanece o mesmo, ainda que se leve em conta a personagem do tempo. Contudo, a noção de identidade também é dupla, pois o indivíduo só a adquire a partir da interação com outros seres.

Os conceitos de sujeito e identidade têm, pois, dupla face: para a explicitação de ambos é necessário considerar não só o indivíduo em si, mas igualmente os outros seres, com os quais se mantêm relações de dependência.

Por isso mesmo, a noção de sujeito fundamenta-se em dois princípios, inseparáveis e associados, o princípio da exclusão e o da inclusão.

O princípio da exclusão baseia-se na instituição do “eu” como elemento único e central: é a consciência da individualidade e da subjetividade. Mas a exclusão pressupõe a inclusão, pois o “eu” só existe em função do outro com o qual mantemos relações (“você”) e de outros seres com os quais nos integramos (“nós”). Em outros termos, pode-se admitir que o ser humano – dotado de linguagem e cultura – institui-se a si mesmo como um ser único (o “eu”, seguramente, não tem plural, mas, do mesmo modo, ele não pode deixar de levar em consideração o interlocutor (“você”) e o grupo no qual ele se insere (“nós”). O “eu” isolado não existe, porque o sujeito e o outro se complementam e é nessa complementaridade que o ser humano pode exercitar a sua liberdade, como tal entendida a capacidade de escolha.

2.2.2. Dialogismo: o “eu” e o “outro”

A idéia de que o “eu” e o “outro” são instituídos a partir da interação pela linguagem já havia sido formulada por BAKHTIN (1986, p.32 e ss.). Esse autor coloca o princípio dialógico como pilar de sua concepção de linguagem e, pode-se admitir, também, de sociedade e do mundo. O dialogismo – segundo o mesmo autor – é a condição para que o discurso tenha um sentido pleno e, igualmente, para que por meio dele se possa evidenciar a relação existente entre linguagem e vida.

Como assimila BARROS (1999, p.2),

Bakhtin concebe o dialogismo como o princípio constitutivo da linguagem. Examina-se, em primeiro lugar, o dialogismo discursivo, desdobrando em dois aspectos: o da interação verbal entre o enunciador e o enunciatário do texto, o da intertextualidade no interior do discurso.

Neste texto, enfoca-se o primeiro desses aspectos, qual seja, a presença dos participantes do ato comunicativo no estabelecimento do sentido desse ato.

O conceito de dialogismo resulta da interação verbal que o enunciador e o enunciatário estabelecem entre si no espaço criado pelo texto. Ora, esse conceito faz com que o sujeito perca o papel central (e mesmo exclusivo) na construção do texto. Ao contrário, a noção de sujeito torna-se múltipla, pois incorpora outras vozes, ou pelo menos a voz do outro. Aliás, em diversos trechos do capítulo primeiro da obra citada, Bakhtin enfatiza dois pontos que merecem ser salientados: o papel do “outro” na determinação do sentido e o fato de que nenhuma palavra é exclusivamente nossa, já que, nos vários enunciados, nota-se a presença de outras vozes que não a do próprio sujeito.

As idéias de Bakhtin coincidem com a postulação de Morin, já que ambos concebem o sujeito como um ser múltiplo, que interage e se complementa com o outro. Deve-se ressaltar, porém, que Bakhtin, embasado nas idéias do materialismo histórico-dialético, considera o sujeito a partir de uma perspectiva histórica e social. Essa característica, aliás, é uma resultante do próprio caráter dialógico da linguagem.

2.3. Língua falada e dialogismo

2.3.1. Tendências no estudo da conversação

BARROS (1999, p.3) menciona o fato de que a relação dialógica (“eu” e “você”) tem sido tratada por várias disciplinas linguísticas: análise da conversação, semiótica narrativa e discursiva, análise do discurso, pragmática, teoria da enunciação. EGGINS e SLADE (1997, p.23 e ss.), por sua vez, citam as principais correntes ou abordagens da análise de diálogos espontâneos: perspectivas de base sociológica e etnometodológica (análise da conversação); abordagens sociolinguísticas (etnografia da fala, com ênfase no contexto, sociolinguística interacional, baseada na contextualização do discurso); corrente lógico-filosófica (teoria dos atos de fala: a conversação como uma seqüência de atos de fala; pragmática: máximas do comportamento conversacional); correntes estrutural-funcionais (a escola de Birmingham: especificação da estrutura da troca conversacional; a linguística sistêmica funcional: interpretação funcional e semântica da conversação; análise crítica do discurso).

Em todas essas tendências manifesta-se, com maior ou menor ênfase, o princípio do dialogismo. Isso, aliás, é óbvio, já que na interação face-a-face o reconhecimento da presença do outro e do desdobramento do sujeito se tornam mais marcantes. O “outro” é um ser concreto e, como tal, o discurso falado traz marcas específicas da sua presença.

Este trabalho segue uma das vertentes das abordagens estruturais-funcionais, a linguística sistêmica funcional. As razões dessa escolha serão explicitadas na seqüência do trabalho.

2.3.2. A linguística sistêmica funcional

As correntes incluídas na rubrica das abordagens sistêmico-funcional (a escola de Birmingham e a linguística sistêmica funcional) tem em comum o fato de descreverem a conversação como um nível autônomo, altamente organizado (TAYLOR e CAMERON, 1987, p.5, citados por EGGINS e SLADE, *op. cit.*, p.43). Nos trabalhos dessa linha teórica, busca-se compreender as características da estrutura da conversação e, também relacionar essa estrutura mais

ampla com outras unidades, níveis e estruturas da linguagem.

A opção pela vertente sistêmico-funcional decorre do fato de ela ser, dentre as várias correntes citadas, aquela em que o caráter dialógico da linguagem e a presença são mais marcantes. Essa característica advém de duas postulações da vertente, as quais são mencionadas a seguir: o reconhecimento de que há diferentes tipos de significado (entre eles, o interpessoal) e o estabelecimento de diferentes níveis de significação (gramatical, semântico, discursivo, referente ao gênero textual).

EGGINS e SLADE (*op. cit.*, p.48 e ss.) mencionam mais três espécies ou camadas de significação: a ideacional, a interpessoal, a textual. Na primeira, encaixam-se os significados acerca do mundo e as diferentes representações da realidade, a segunda consiste na negociação acerca dos papéis e relações sociais (*status*, contato, intimidade, filiação); o significado textual relaciona-se com a própria mensagem (coesão, ênfase, conhecimentos prévios).

Essas três camadas são simultâneas e interdependentes, já que podem ser encontradas em unidades linguísticas de diferentes níveis: palavra, sintagma, frase, texto. Além disso, unifica-as o fato de serem, simultaneamente, funcionais (pois em todas se consideram a conversação como uma atividade com propósito e finalidade definidos) e semânticas (todas partem da noção de que a conversação é um processo de produzir significados). Esses dois traços, aliás, encontram-se na formulação de HALLIDAY (1973, p.34), segundo o qual a linguagem é como é devido aquilo que tem de fazer, ou seja, a linguagem é simultaneamente um meio de interação social e de criar significados. Halliday ainda acrescenta que essas três camadas estão representadas na linguagem porque são complementares, ou seja, cada qual pressupõe os outros dois. Pode-se citar alguns exemplos: o partilhamento das idéias e conceitos (ideacional) está associado à negociação de papéis e à relação entre os interlocutores do tema associa-se aos processos de estruturação do texto (componente textual).

Halliday, no mesmo texto já citado fala em três metafunções, que correspondem aos três tipos de significado já expostos e constituem elementos reguladores e organizadores da atividade linguística. O citado autor, ademais, revela preocupações com os aspectos

cognitivos e enumera as três metafunções que organizam o contexto. Essas três outras metafunções (denominadas também “registros”) correspondem às camadas de significação:

Metafunção da Linguagem	Metafunção do contexto
- ideacional	- campo
- textual	- modo
- interpessoal	- teor

O campo consiste no foco que incide sobre o assunto e o delimita, o modo relaciona-se com os conhecimentos prévios partilhados, e o teor refere-se aos papéis e relações sociais. Cada uma das variáveis de registro (metafunções contextuais) é realizada no plano da expressão, por uma das metafunções que organizam a linguagem.

Cabe reiterar que essas três camadas são interdependentes e complementares. Desse modo, as marcas de subjetividade e intersubjetividade não se situam apenas na camada interpessoal e no teor (papéis e relações sociais). Ao contrário, as marcas de interpersoalidade estão presentes na estruturação do texto, na relação do assunto e do ponto de vista em que ele vai tratado, nos procedimentos de contextualização e saliência, na escolha de itens lexicais e na seleção gramatical.

Este trabalho centra-se no componente interpessoal (teor), pois os pronomes e desinências da primeira e segunda pessoas constituem as marcas mais evidentes das relações dialógicas. A eles, com efeito, cabe a função de instituir os papéis dos participantes da interação verbal (o “eu” e o “outro”, ou seja, o falante e ouvinte) como marcas específicas da presença dos interlocutores. São, assim, marcas intrínsecas de subjetividade e intersubjetividade, característica que se torna mais nítida na conversação (simétrica) já que nela há uma constante alternância entre o “eu” e o “outro”. Além disso, como assinalam EGGINS e SLADE (*op. cit.*, p.49 e ss.), a conversação é “governada” antes pelos significados interpessoais que pelos componentes ideacionais ou textuais: a tarefa primordial da conversação é a negociação da identidade e das relações sociais. Em verdade, o componente ideacional (assuntos tratados) constitui apenas o pano de fundo para o estabelecimento das relações entre os interactantes.

3. ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS

As marcas de subjetividade serão estudadas a partir de seis variáveis: tipo de marca; interlocutor que a produz; a quem elas se dirigem; grau de envolvimento entre os interlocutores.

3.1. Tipo de marca

As marcas de subjetividade e intersubjetividade são classificadas de acordo com as subcategorias que constam da tabela a seguir:

Tabela 1. Tipo de marca de subjetividade e intersubjetividade.

Inquéritos NURC/SP	062		333		343		360	
	N	%	N	%	N	%	N	%
L	32	36,37	32	28,83	26	22,60	20	21,05
P	11	12,50	10	9,00	12	10,44	0	0
N	5	5,68	15	13,52	4	3,48	20	21,05
R								
C	40	45,45	54	48,65	73	63,48	55	57,90

Inquéritos NURC/RJ	147		158		355		374	
	N	%	N	%	N	%	N	%
L	42	16,80	22	10,78	16	18,82	38	45,78
P	27	10,80	13	6,38	6	7,06	9	10,85
N	8	3,20	0	0	1	1,18	1	1,20
R								
C	173	69,20	169	82,84	62	72,94	35	42,17

L. marcador lexical (bom, sabe?);

P. marcador proposicional (eu acho, se não me engano);

N. expressão não-lexicalizada (ahn, uhn);

R. marcador prosódico;

C. expressão não-convencionalizada como marcador conversacional.

Como vimos em MARCUSCHI (1989, p.289), na interação face a face os interlocutores podem servir-se de três tipos de recur-

para a realização de marcadores conversacionais: marcadores verbais, marcadores não-verbais e marcadores prosódicos. Neste trabalho, ocupamo-nos dos marcadores verbais, que perfazem um variado e importante conjunto de partículas, palavras, sintagmas, expressões estereotipadas e orações de diversos tipos.

Nos inquiridos analisados, a maior parte dos tipos de marcas de subjetividade e intersubjetividade são expressões não-convencionalizadas, aquelas que possuem marcas específicas de pessoa (verbos e pronomes). Elas aparecem em grande número, pois são elas as que mais se prestam à expressão da subjetividade, ou seja, que apresentam marcas explícitas da presença do falante e do ouvinte:

(3)

L1 *acho que(P) é você(C) vai... fala...*

faz uma fofquinha... ou vai com fulano... *né(L)?*

() cerimônia

[

L2 *uhn uhn(N) mas fora isso eu acho que(P) são duas coisas diferentes uma é o valor co/ o::... o valor comunitário que vo/ que existe quando você(C)... compra alguma coisa você(C) está trocando dinheiro por uma coisa que outra pessoa te(C) dá... vocês(C) estão num acordo né(L)?... (...)*

(NURC/SP, 333, p.35, 711-718; grifos meus)

O componente interpessoal tem importância particular nos textos conversacionais, pois neles tende a existir uma relação simétrica entre os interlocutores. Por isso mesmo, as marcas de pessoalidade constituem um traço intrínseco dessa modalidade de texto e, assim, não necessitam ser assinaladas por expressões conversacionais e recorrentes, como é o caso dos marcadores conversacionais.

Verifica-se, ademais, que a maior parte dos marcadores conversacionais (lexicais e proposicionais) que denotam subjetividade traz marcas específicas de pessoa. Aliás, nos marcadores proposicionais de valor interpessoal, essas marcas constituem uma constante:

(4) (A informante trata da escolha profissional da filha, e do currículo)

lo do curso de Decoração).

L1 não eu dei u::uma rápida olhada *sabe?* mas vi matérias interessantes para ela assim dentro de outras...ah::carreiras... essa se defini/eh *acho que*::se define... uhn para... esse ramo... agora a outra gêmea... ela... como vai va::i o que está tudo muito bom::

(NURC/SP, 360, L. 1281-1285)

No exemplo anterior, o marcador lexical (*sabe*) e o proposicional (*acho que*) possuem marcas de pessoa. Aliás, se for somado o total de indicadores de subjetividade que possuem essa marca, verifica-se que eles representam a ampla maioria das ocorrências. Veja a somas das porcentagens desses marcadores nos diferentes inquiridos: Inq. 062: 83%; Inq. 333: 83%; Inq. 343: 86%; Inq. 360: 86%.

Os marcadores lexicais que não possuem marcas de pessoa e aqueles representados por expressões não-lexicalizadas foram incluídos entre as marcas de subjetividade por possuírem valor fático. Os primeiros, geralmente, incluem-se entre os marcadores de busca de aprovação discursiva (*né?*), ou os de confirmação ou assentimento.

Também notamos um número significativo de marcadores lexicais, principalmente aqueles que se incluem entre os marcadores de busca de aprovação discursiva (*né?*), o que nos revela que a interação é fundamental para que o diálogo se desenvolva, mostrando o envolvimento, o contato e a necessidade dos interlocutores em “seguir o pensamento” do outro.

No inquirido 374 NURC/RJ, há maior presença de marcas lexicais; a grande interferência do documentador na condução da entrevista, leva os informantes a empregarem essas marcas de busca de aprovação discursiva (*né, sabe*).

(5)

L1 flamingos...

L2 flamingos *né?*

L1 e da... até da ave do paraíso *né?*

L2 é verdade...

(NURC/RJ, 374, p.226, 454-457; grifos meus)

Os marcadores de busca de aprovação discursiva também figuram em turnos inseridos, correspondentes a falas curtas de um falante ocasional.

(6) (A informante comenta o fato de o pai tê-la incutido a cursar Direito).

L2 (...) ele [o pai] achava que essa a que teria mais possibilidade::de de di/ de diversificação depois... e quando as outras eram mais específicas... né?

L1 *certo*

L2 um médico era só medico e engenheiro era só engenheiro (...)

(NURC/SP, 360, L. 1542-1546)

Os marcadores não-lexicalizados de valor fático também figuram em turnos inseridos e, em sua maioria, indicam concordância ou assentimento.

(7) (O informante comenta o valor da apresentação para a obtenção de empregos).

L2 eu não diria somente... existe muito e também e::... é apresentação entende?

L1 uhn uhn

L2 eu acho que::hoje em dia não basta você somente ser... capacitado porque::tem muita gente que... não tantas qualidades quanto determinamos... com/ éh::competidores em determinados cargos e::... na hora de escolher vem você porque é meu amigo certo?

(...)

(NURC/SP, 062, L. 621-628)